

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS

ROSILENE DA SILVA

**A INTERSETORIALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL**

Campos dos Goytacazes/RJ
2019

ROSILENE DA SILVA

**A INTERSETORIALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr^a Adriana Soares Dutra

Campos dos Goytacazes/RJ
2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BUCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

S586i Silva, Rosilene da
A Intersetorialidade na Produção de Conhecimento do Serviço Social / Rosilene da Silva ; Adriana Soares Dutra, orientadora. Campos dos Goytacazes, 2019.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Campos dos Goytacazes, 2019.

1. Política Nacional de Assistência Social. 2. Intersetorialidade. 3. Serviço Social. 4. Produção intelectual. I. Soares Dutra, Adriana, orientadora. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD -

ROSILENE DA SILVA

**A INTERSETORIALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO
SOCIAL**

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos dos Goytacazes, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Adriana Soares Dutra (Orientadora)
Departamento de Serviço Social de Campos - SSC
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Ms. Elisonete Ribeiro
Departamento de Serviço Social de Campos - SSC
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a. Ketnen Rose Medeiros Barreto
Departamento de Serviço Social de Campos - SSC
Universidade Federal Fluminense - UFF

Campos dos Goytacazes/RJ.
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em primeiro lugar, por ter me permitido iniciar e concluir essa graduação, guiando todos os meus passos até aqui.

Agradeço a toda a minha família que sempre incentivou e torceu por mim, ao meu sobrinho Eraldo pelo apoio e pelas contribuições, e em especial, a minha mãe Maria Marlene, pois tudo que sou devo a ela, porque sei que ela também torceu por essa conquista e, principalmente por ter compreendido todas as vezes que tive que descuidar um pouco dela, para me dedicar aos compromissos dessa graduação. A minha avó materna Dorvalina (*in memorian*) por todo amor dedicado a mim, por todos os valiosos ensinamentos que me disciplinaram e contribuíram para a minha formação como pessoa.

Agradeço ao meu companheiro Ronaldo por ter percorrido comigo esta caminhada, por ter acreditado em mim, por ter me incentivado todas as vezes que fraquejei, por ter me dado sempre uma palavra de acalento e por ter suportado todos os meus momentos de pranto.

Agradeço a família do meu companheiro que também é minha família, e em especial aos meus sogros Ary e Celi (*in memorian*) que me viram iniciar essa caminhada e agora já não estão mais aqui, tenho certeza que estariam orgulhosos com essa conquista.

Agradeço a todos os trabalhadores do nosso país, que são os verdadeiros financiadores da Educação Pública.

Agradeço a toda a minha turma por toda atenção e carinho que sempre tiveram comigo. Em especial a: Juliana, Liana, Lidiana, Monique e Simone que durante toda a formação nos aproximamos, formamos grupo de trabalhos, viramos amigas para além dos muros da UFF e para a vida assim desejo depois da conclusão do curso, viramos família. Sem o apoio delas teria sido bem mais difícil essa caminhada. Para além delas, também gostaria de fazer um agradecimento em especial a outras alunas da turma entre elas: Poliana, Layla, Bruna, Thayná, Luiza, Maria Luiza, Naraline, Laura, Márcia e ao Angelo que cursou algumas disciplinas com a nossa turma. A todas(os) eu também tenho que agradecer por toda força, incentivo e carinho.

A todos os professores, pelos conhecimentos transmitidos, pela dedicação à profissão, pelo comprometimento e dedicação dispensados a nós alunos.

Agradeço em especial a minha querida orientadora, Adriana Soares Dutra, pela paciência ao longo da elaboração do projeto final de curso, por ter acreditado em mim e por todas as palavras de encorajamento.

Agradeço a banca, composta por Ketnen Rose Medeiros Barreto e Elisonete Ribeiro por terem aceito o convite para participarem da banca examinadora, o que muito me honra.

Agradeço a minha querida supervisora de campo Juliene, por todos os ensinamentos sobre a prática profissional, e por todo o aprendizado durante o estágio, admiro sua postura profissional.

Agradeço aos amigos que já conhecia, por toda força e incentivo nessa caminhada.

Agradeço de uma forma geral a todos que contribuíram direta ou indiretamente com a realização e concretização deste sonho.

Gratidão!

“Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas, sem ele, o oceano seria menor.”

Madre Teresa de Calcutá, religiosa.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo compreender de que forma a intersetorialidade na política de Assistência Social se apresenta nas produções do Serviço Social. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos publicados em literatura pertinente e especializada. Foram utilizadas as seguintes revistas: Revista Caderno CRH – UFBA/Bahia, Revista Katálysis/SC, Revista Ser Social/Brasília e Serviço Social e Sociedade/SP. Onde buscou-se explorar os diferentes entendimentos sobre intersetorialidade; analisar como tem sido efetivada; com quais políticas a Política de Assistência Social tem se relacionado, as dificuldades para sua implementação; identificar qual(is) região(es) contam com uma produção mais expressiva sobre o tema. A pesquisa compreendeu o período de 2004 a 2019. Como resultado constatamos que mesmo ampliando o universo da pesquisa, a produção existente sobre o tema nas revistas classificadas como Qualis A, ainda é muito reduzida. Diante do exposto, percebe-se a necessidade da ampliação de estudo futuros nesta direção.

Palavras-Chave: Intersectorialidade. Política de Assistência Social. Serviço Social.

ABSTRACT

The present work of conclusion of course aims to understand how the intersectorality in the Social Assistance policy is presented in the Social Work productions. To this end, a bibliographic survey of articles published in relevant and specialized literature was carried out. The following magazines were used: Revista Notebook CRH - UFBA / Bahia, Katálysis Magazine / SC, Ser Social Magazine / Brasília and Serviço Social e Sociedade / SP. Where we sought to explore the different understandings about intersectorality; analyze how it has been implemented; which policies the Social Assistance Policy has been related to, the difficulties for its implementation; identify which region (s) have a more expressive production on the topic. The research covered the period from 2004 to 2019. As a result, we found that even expanding the universe of research, the existing production on the topic in magazines classified as Qualis A, is still very low. Given the above, there is a need to expand future studies in this direction.

Keyword: Intersectorality. Social Assistance Policy. Social Work

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1: INTERSETORIALIDADE.....	14
1.1 Demarcação Conceitual.....	14
1.2 A Intersetorialidade na Política de Assistência Social.....	18
CAPITULO 2: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISES DESCRITIVAS...24	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

INTRODUÇÃO

O presente estudo surgiu a partir da experiência de estágio, através da implantação do Projeto de Intervenção do Estágio que foi realizado no CRAS Penha, no município de Campos dos Goytacazes/RJ, no período compreendido entre agosto de 2017 a dezembro de 2018.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) foram criados e implantados tendo como base a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004). De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS – Brasília/2009:

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. (PNAS, 2004, p.9).

Os CRAS têm duas funções exclusivas: gestão territorial e execução do PAIF (Programas de Assistência Integrada a Família). A gestão territorial responde à diretriz de descentralização político-administrativo e tem por objetivo atuar preventivamente. Ao disponibilizar as ofertas e concretizar o encaminhamento dos serviços ao CRAS, este se torna uma referência para a população local e para os serviços setoriais.

No município de Campos dos Goytacazes existem 13 CRAS. A implantação do CRAS no bairro da Penha, seguindo as normas vigentes, ocorreu no dia vinte de maio de 2009 e foi financiado pelo município. De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social 2014/2017 de Campos dos Goytacazes/RJ (2014, p.84) predominam na sua área de jurisdição 10.575 famílias de classe baixa e 862 famílias em situação de pobreza com renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo. O território do CRAS da Penha compreende 25 bairros: Condomínio Cidade Verde, Estância da Penha, Mirandela, Parque Angélica, Parque Bela Vista, Parque Conjunto Santa Maria, Parque do Prado, Parque Imperial, Parque Jardim das Acácias, Parque José do Patrocínio, Parque Residencial Santo Antônio, Parque Residencial Porto Seguro, Parque Tarcísio Miranda, Parque Tropical, Parque Varanda do Visconde, Parque Vila Menezes, Parque Vila Verde, Penha, Residencial

Vivendas da Penha I, Residencial Vivendas da Penha II, Solar da Penha, Usina Santo Antônio, Vila Manhães, Vivenda dos Coqueiros, Vivendas dos Coqueiros II.

A demanda por um CRAS no bairro se deu por conta da realidade local que sinalizava altos índices de vulnerabilidade, pobreza, violência, além de ser marcada pela existência de uma das maiores concentrações de tráfico da cidade, onde diversas expressões da questão social se revelam nos atendimentos realizados pelos assistentes sociais.

O espaço físico do CRAS Penha é próprio da prefeitura de Campos dos Goytacazes. Os recursos são provenientes, prioritariamente, do governo federal que, de forma descentralizada, repassa a verba para os municípios.

A população atendida pelo Serviço Social compreende a faixa etária entre 20 a 70 anos. As demandas mais comuns apresentadas são solicitações de inclusão nos programas de benefícios socioassistenciais existentes, como: Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Renda Mínima.

Durante o período do estágio, a coordenadora do CRAS apontou, no Plano de Ação para o ano de 2018, a intenção de implementar um projeto para promover a intersetorialidade. Com o intuito de socializar informações, estabelecer um fluxo de encaminhamentos estruturados, conhecer as instituições do território e para além dele e o que elas ofertam de serviços. E, em contrapartida divulgar o que é o CRAS, quais serviços são acessados através deste órgão, apresentar os gestores da assistência social, a fim de estreitar os laços entre as políticas e seus respectivos gestores.

A relevância do projeto para a equipe do CRAS era promover um compartilhamento de saberes que pudessem ser traduzidos em atendimentos e encaminhamentos mais qualificados que permitissem levar aos usuários da Política de Assistência informações sobre as diversas instituições.

O projeto foi implantado no período de setembro a novembro de 2018 com a equipe técnica do CRAS Penha e as equipes da rede socioassistencial e intersetorial. Foram realizadas cinco reuniões nesse período: a primeira com os gestores das Unidades Básicas de Saúde - UBSs do território; a segunda com a Superintendência de Justiça e Assistência Judiciária; a terceira com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS II; a quarta com os

profissionais da política de educação: Creches e Escolas do território, a quinta e última prevista no projeto com o Conselho Tutelar IV.

De acordo com Nascimento (2010), políticas setoriais geralmente demonstram baixa eficiência, eficácia e efetividade quanto à sua implementação e desenvolvimento necessitando, portanto, de ações e estratégias que articulem saberes técnicos dos mais variados campos.

Ressalta-se ainda que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) prevê que:

Os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, de forma a superar as condições de vulnerabilidade e a prevenir as situações que indicam risco potencial. (PNAS, 2004, p. 34-35).

A aproximação com o tema a partir da experiência no campo do estágio, possibilitou a percepção de que a intersectorialidade na Política de Assistência Social é fundamental por promover a articulação com outros setores, contribuindo com o acesso e a garantia de direito a todos, o que aguçou meu interesse em compreender de que forma a intersectorialidade na política de Assistência Social tem sido debatida no Serviço Social. Entendendo que, todos os campos de atuação do profissional em Serviço Social têm sofrido rebatimentos em função das políticas neoliberais adotadas, principalmente o campo das políticas sociais, onde os impactos chegam primeiro. O que obriga, cada vez mais, este profissional a desenvolver novas formas de atuação para fazer frente aos novos desafios da realidade.

Diante do exposto, esse estudo teve como propósito compreender como a intersectorialidade na Política de Assistência Social se apresenta nas produções do Serviço Social de uma forma mais ampliada, ou seja, para além do campo de estágio, onde buscou-se: explorar os diferentes entendimentos sobre intersectorialidade; analisar como tem sido efetivada; com quais políticas a Política de Assistência Social tem se relacionado, as dificuldades para sua implementação, além de identificar qual(is) região(ões) contam com uma produção mais expressiva sobre o tema.

Foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos publicados em literatura pertinente e especializada, a partir das palavras chaves: Interssectorialidade, Interdisciplinariedade, Políticas Públicas e Política de Assistências Social e revistas

indexadas. Foram utilizadas as seguintes revistas: Caderno CRH-UFBA, Katálysis, Ser Social e Serviço Social e Sociedade.

Para uma melhor apresentação das análises foram utilizados gráficos e ou tabelas.

Diante dos limites de um trabalho final de curso, o período compreendido no estudo foi entre 2004 e 2019. A pouca publicação de artigos sobre o tema em períodos mais recentes nos levou a ampliar o período da pesquisa, que inicialmente compreenderia o período de 2015 a 2019.

Para finalizar cabe explicar como o estudo está organizado em 2 capítulos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro foi abordado o conceito de Intersetorialidade e a Intersetorialidade na Política de Assistência Social. No segundo apresentamos a pesquisa com as respectivas análises.

CAPÍTULO 1: INTERSETORIALIDADE

1.1 Demarcação Conceitual

O termo intersectorialidade não possui um consenso no que diz respeito ao seu significado, resultando em interpretações diversas, com diferentes nomenclaturas que versam sobre os mesmos objetivos, independente do campo da política pública com a qual se relaciona. Apesar da ausência de consenso, é possível observar que, dentre as expressões que evidenciam a atuação intersectorial as que mais aparecem entre os autores abordados são: articulação, integração e ação conjunta. Estes termos também aparecem nos documentos oficiais das políticas setoriais.

De acordo com Pereira e Teixeira (2013):

Na política de assistência social, em seus documentos oficiais, ao longo do texto constitucional; por exemplo, a palavra “integração” é evidenciada no sentido de expressar trabalhos integrados entre as políticas setoriais, instituições, setores privados e a sociedade em geral (p.123).

Nesta perspectiva:

Trata-se de uma verdadeira rede de compromisso, na qual instituições, organizações e pessoas se articulam em torno de uma questão da sociedade, programam e realizam ações integradas e articuladas, avaliam juntos os resultados e reorientam a ação (INOJOSA 2001, p.108).

Inojosa (2001) também aponta que o termo intersectorialidade está vinculado a uma discussão bem mais antiga e madura sobre o tema transdisciplinaridade. A transdisciplinaridade tem relação com a teoria da complexidade, que por sua vez trabalha a diversidade, buscando superar a fragmentação do conhecimento, uma vez que as clausuras dos setores não conseguem perceber a diversidade.

Segundo a autora o termo “inter” sofre críticas pelo fato de que ele pode apenas supor uma aproximação entre os setores, porém sem gerar uma articulação entre eles. Tornando-se o termo “trans” mais adequado por expressar melhor a ideia, embora seja possível encontrar os vocábulos intersectorialidade e transectorialidade com o mesmo sentido, ou seja, “a articulação de saberes e experiências para a solução sinérgica de problemas complexos” (INOJOSA, 2001, p.103)

Na concepção da autora, desenvolver um trabalho intersetorial é mais que justapor ou compor projetos de forma setorial para serem formulados e realizados setorialmente. Tem uma perspectiva maior, com implicações para a ação do Estado, direta ou indiretamente, onde o foco com base regional, em segmentos da população e a preocupação com resultado e impactos são fundamentais sobre a formulação, realização e avaliação de políticas, programas e projetos intersetoriais ou transetoriais.

De acordo com Monerrat e Souza (2009), a intersetorialidade, por promover uma capacidade de gestão que minimiza a histórica fragmentação, uma característica das políticas sociais, tem sido defendida por diversos analistas de políticas públicas. A intersetorialidade tem sido considerada como estratégia de gestão para atuar contra as iniquidades sociais, compreendendo a necessidade de “encontrar formas inovadoras de formular e implementar as políticas sociais” (2009, p.203).

O que vai caracterizar a intersetorialidade é a possibilidade de uma síntese dada pela predisposição à intersubjetividade e ao diálogo e, conseqüentemente, a sua pedagogia é a comunicação(...) A questão fundamental da intersetorialidade é a ruptura das barreiras comunicacionais que impedem o diálogo entre diferentes setores(...) desse modo, a intersetorialidade não anula a singularidade do fazer setorial pela instituição de uma polivalência impossível; ao contrário, reconhece os domínios temáticos, comunicando-os para a construção de uma síntese. A ação intersetorial, para ser conseqüente, implica tomar problemas concretos, de gentes concretas, em territórios concretos (MENDES, 1996, p.94 apud MONERAT E SOUZA, 2009, p. 204-205).

Ainda de acordo com as autoras, do ponto de vista da produção teórica da Administração Pública, “a intersetorialidade constitui uma nova forma de gerenciar as cidades, ou seja, é uma proposta de modelo de gestão urbana” (2009, p.205), tendo em vista que contribuiria para combater a ineficácia das políticas sociais. Do ponto de vista da Organização Mundial da Saúde (OMS) a intersetorialidade compreende “uma articulação de ações de vários setores pra alcançar melhores resultados de saúde” (2009, p.205).

No âmbito da política educacional, os esforços recentes para experiências de gestão intersetorial evidenciam a necessidade de uma articulação com as outras políticas, a partir do entendimento de que, as condições de aprendizagem das crianças e adolescentes são afetadas diretamente pelos problemas estruturais que afetam suas famílias.

A diversidade da demanda e o trabalho isolado por áreas dão sinais de que é necessário rever o atendimento fragmentado e setorializado das demandas sociais. “O trabalho de redes intersetoriais se configura como uma nova abordagem para as demandas da população, baseada na troca de saberes e de práticas entre atores públicos ou entes governantes envolvidos”. (ANDRADE; MENDES, 2015, p. 235).

As autoras vinculam o conceito de rede ao de intersetorialidade onde a lógica é articular e compartilhar os saberes sem serem sobrepostos, buscando, desta forma, superar a fragmentação das políticas compreendendo o indivíduo como um todo.

Andrade e Mendes (2015, p.235) concluem que a “interseitorialidade detém como processo a capacidade de ampliar o alcance das políticas sociais através da complementariedade de ações entre os atores envolvidos”.

No entanto, torna-se importante destacar que a incorporação da interseitorialidade na implementação de políticas setoriais é percebida por alguns autores como um instrumento. Considerando os limites inerentes a estas políticas no que concerne ao atendimento da população, a interseitorialidade é compreendida como uma forma de ampliação de sua eficácia e eficiência. Nesse sentido, as políticas setoriais validaram a interseitorialidade como forma de se efetivar através da articulação de saberes técnicos “já que os especialistas em determinada área passaram a integrar a agendas coletivas e a compartilhar objetivos comuns” (NASCIMENTO, 2010, p.96 apud ANDRADE E MENDES, 2015, p.235).

Para as autoras Schuz e Mito (2010) em função da multiplicidade de conceitos, a interseitorialidade pode ser dividida em 3 eixos: 1) interseitorialidade como complementariedade de setores, 2) interseitorialidade como prática e 3) interseitorialidade como princípio do trabalho com redes.

A interseitorialidade como complementariedade busca superar as fragmentações, percebendo as diversas dimensões das necessidades da população; na interseitorialidade como prática: são as “práticas interseitoriais que possibilitam a abordagem e atendimento conjunto dos problemas da população. Neste envolvimento cada setor pode contribuir com seu fazer e perspectiva setorial, de maneira articulada” (SCHUZ; MIOTO, 2010, p.63) e na interseitorialidade como princípio do trabalho com redes, o compartilhamento de saberes e poderes permite

construir práticas, conceitos e linguagens através do envolvimento da sociedade civil e serviços públicos.

Para Junqueira (2004) a ação intersetorial tem uma perspectiva importante ao apontar para uma visão integrada dos problemas sociais e para a busca de suas soluções. A ação intersetorial é uma possibilidade para resolver os problemas de determinada população em determinado território. Onde a realidade social exige um olhar que não se atém a uma única política social em função de sua complexidade, mas busca otimizar os recursos escassos através de soluções integradas.

Nesse sentido:

A intersetorialidade incorpora a ideia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais. Cada política encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação de outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida (JUNQUEIRA, 2004, p.27).

Onde:

A ação intersetorial é um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que deve resultar em uma gestão integrada, capaz de responder com eficácia à solução dos problemas da população de um determinado território, saindo, entretanto, do âmbito da necessidade para o da liberdade (JUNQUEIRA, 2004, p.27).

De acordo com o autor, a ação intersetorial deve envolver várias organizações públicas sejam privadas ou estatais, não deixando se esgotar no âmbito de uma organização ou de uma política social.

Como meio de intervenção na realidade social, a intersetorialidade requer articulação de instituições e pessoas, que possam integrar e articular saberes e experiências, constituindo uma rede através desse conjunto de relações.

Portanto,

A viabilização dessa ação intersetorial depende da habilidade de criar grupos que possuam um senso compartilhado de realidade com coesão, em torno de entendimentos comuns que determinam seu crescimento (JUNQUEIRA, 2004, p. 28-29).

As novas possibilidades de intervenção criadas através da gestão intersetorial e de rede criam novas respostas aos problemas sociais, se caracterizando por articular instituições e pessoas.

Na análise de Inojosa (1998), abordar os problemas de determinado grupo de forma intersetorial é reconhecer a necessidade de um novo paradigma para a ação governamental, como forma de inclusão dos grupos e elevação da qualidade

de vida. O governo que se organiza intersetorialmente visa “a introdução de práticas de planejamento e avaliação participativas e integradas, na perspectiva situacional, de compartilhamento de informações e de permeabilização ao controle social” (INOJOSA, 1998, p.43). Nesta perspectiva, a organização do trabalho tradicional em cada secretaria setorial muda, exigindo um planejamento geral que articule os planos particulares das diferentes instituições envolvidas, a articulação desses planos, com acompanhamento de um colegiado no qual as equipes especializadas por serviços passarão integrar uma única rede regional, “deverá mediar as eventuais desigualdades regionais, com caráter redistributivo privilegiando os grupos populacionais em situação ou risco de exclusão social” (1998, p.44).

Diante do exposto é necessário inferir que a intersetorialidade é uma ferramenta importante como estratégia de ação nas políticas sociais, uma vez que busca, por meio de suas articulações e ações integradas, alcançar resultados em situações complexas, romper com a fragmentação existente e ampliar o alcance das políticas sociais. No entanto, as(os) autoras(es) estudadas(os), além de ressaltarem a sua relevância, apontam que as diferentes percepções sobre o termo podem dificultar a sua materialização, além de ser um processo complexo, que acaba envolvendo enfrentamento das restrições, resistências e contradições.

Com base nos conceitos sobre intersetorialidade abordados pelos autores e mediante a diversidade de termos para defini-la, neste estudo, estamos compreendendo a intersetorialidade como uma ação que articula instituições e pessoas públicas ou privadas, por meio do compartilhamento de saberes e união de esforços visando ampliar o alcance das políticas sociais e obter melhores resultados.

1.2 A Interseccionalidade na Política de Assistência Social

A Assistência Social no Brasil tem sua origem histórica baseada na caridade, na filantropia e na solidariedade religiosa.

A Constituição de 1988 transforma e redefine esse perfil histórico. Ela é o marco legal que traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira ao incluí-la no âmbito da Seguridade Social, como política social pública. A partir deste momento, a assistência social inicia seu trajeto para um campo novo: o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. Em 7 dezembro de 1993 foi sancionada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS lei nº

8.742. De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. Fica instituído, também na LOAS, em seus artigos 4º e 5º, enquanto modelo de gestão, o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), o qual teve como ponto de partida para sua implementação a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), Resolução nº 130 de 15/10/05, aprovada pelo CNAS. Em 2004, foi criada a PNAS – Política Nacional da Assistência Social (PNAS). A Resolução nº 145 de 15/10/2004, normatiza as ações de assistência social. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 aprovou a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que padroniza os serviços em todo território nacional, organizando-os por níveis de complexidade: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Assim sendo, a Assistência Social tornou-se uma política pública não contributiva, para que as famílias sem condições básicas de reprodução pudessem ter acesso aos serviços ofertados, agora sob a forma de direito, as quais anteriormente eram assistidas somente por iniciativas públicas ou privadas de entidades filantrópicas, visto que ainda não era uma política pública.

A PNAS/SUAS estabelece que a Assistência Social enquanto política pública que integra a tripé da seguridade social, considerando as características da população atendida por ela, deve inserir-se na articulação com outras políticas sociais, particularmente com as públicas: Saúde, Educação, Cultura, Esporte, Habitação entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso a qualidade dos serviços para toda as famílias e indivíduos (PNAS, 2004, p.42).

Enquanto equipamento da PNAS, os CRAS devem diagnosticar demandas existentes no território no qual está inserido e funcionar como um articulador da rede de serviços no âmbito da assistência social e das demais políticas sociais, considerando os marcos legais que normatizam a política em questão. Neste panorama, para considerar os direitos de cidadania da classe trabalhadora, é imprescindível que a assistência social funcione em interface às demais políticas sociais, em articulação e integração a unidades da rede.

Essa articulação, portanto, nos remete à intersetorialidade, que se concretiza através do trabalho em rede. Isto permite compreender a integralidade dos sujeitos e a superação das demandas na sua totalidade, entendendo que suas histórias são perpassadas por múltiplos determinantes – classe social, gênero, etnia e que apenas uma política setorial não será capaz de sanar suas questões.

Entretanto, a intersetorialidade nem sempre está presente nas ações socioassistenciais desenvolvidas atualmente, não são pensadas e planejadas em conjunto, sendo fragmentadas e setorializadas.

A articulação com as demais políticas públicas e sociais locais é muito importante, contribuindo para o desenvolvimento de ações intersetoriais.

Nas palavras de Couto *et. al.* (2012, p.61):

A intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador as redes municipais.

Como descreve Yazbeck (2014, p.98), a intersetorialidade na PNAS é um tema relevante por propor uma articulação com a Rede Socioassistencial e Rede Intersetorial:

O termo rede sugere a ideia de articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a integralidade da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal.

A organização temática setorial das políticas nos três níveis de governo contribui para que esse olhar do indivíduo como um todo se perca, o que acaba refletindo em um atendimento fragmentado. A fragmentação das políticas sociais reduz as possibilidades de enfrentamento eficaz de problemas complexos como a pobreza e as desigualdades sociais, os quais exigem a ação coordenada entre diferentes setores.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas. (JUNQUEIRA; INOJOSA; KOMATSU, 1997, p. 21)

No que se refere ao exercício profissional do assistente social na política de proteção social, segundo Sposati (2013), há de ser superada a condição de mero analista e identificador de expressões da questão social. Faz-se necessário vincular os elementos da análise com a ação concreta a ser desenvolvida no campo de atuação.

Segundo Yamamoto (2004), decifrar os determinantes e as múltiplas expressões da questão social é de fundamental importância para avançar na direção indicada para construir uma nova ordem societária. Significa que é necessário decodificar as desigualdades entre as classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade e, também, as formas de resistência dos sujeitos sociais. Para isso, é indispensável captar as dimensões econômicas, políticas e ideológicas dos fenômenos, ou seja, apreender o processo social em sua totalidade contraditória. Portanto, o trabalho e as experiências do assistente social devem contribuir com a produção do conhecimento, desencadeando novas formas de atuação em função da identificação das novas demandas presentes na realidade.

Desde a promulgação do SUAS, a política de assistência social vem se constituindo como uma das principais mediações do assistente social, o qual deve ter o seu trabalho direcionado na defesa dos direitos de cidadania da população pauperizada, a fim de responder as refrações da questão social. Neste âmbito, exige uma atuação profissional numa perspectiva totalizante da realidade, de identificar os principais determinantes das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista, as quais repercutem em diversas esferas da vida social, principalmente, afetando as classes subalternas. Posteriormente, ainda exige que o profissional seja capaz de identificar as respostas existentes para atender as demandas que perpassam esse espaço socio-ocupacional.

Diante das transformações societárias, ocorridas na contemporaneidade, busca-se repensar o Serviço Social. Na atual conjuntura econômica, social e política no Brasil, o Estado assume um papel político, pautando-se por estratégias neoliberais, para atender a ordem hegemônica do capital, em detrimento aos direitos sociais historicamente conquistados, alterando profundamente as políticas sociais em ações pontuais, focalizadas e compensatórias e nos objetivos e critérios de acesso, direcionadas para conter as desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

Os parâmetros de atuação do assistente social devem, contudo, reafirmar uma intervenção orientada por uma perspectiva crítica que pressupõe a capacidade de identificar estratégias para alcançar os objetivos almejados (com o surgimento das novas expressões da “questão social” a partir do ideário neoliberal), a partir da instrumentalidade do Serviço Social que abrange três dimensões da profissão: teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativo, as quais são articuladas organicamente no fazer profissional.

Assim, diante da mundialização do capital atrelado ao ideário neoliberal, para os assistentes sociais torna-se cada vez mais desafiador concretizar as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) tal como prevista em normativa. Isso porque, na referida Política a função da Assistência Social é garantir a proteção básica e especial. Entretanto, essa garantia depende, conforme expressa o CFESS (2011, p.9), que a proteção social não seja tarefa exclusiva da Assistência Social, mas que esteja articulada a outras políticas como: a política de emprego, a política de saúde, a política de previdência, a política de habitação, a política de transporte.

Como afirma Piana (2009, p.104):

O Serviço Social vê-se confrontado e desafiado a compreender e intervir nessa sociedade de transformações configuradas nas novas expressões da questão social: a precarização do trabalho, a penalização dos trabalhadores, o desemprego, a violência em suas várias faces, a discriminação de gênero e etnia e tantas outras questões relativas à exclusão.

Para Iamamoto (2009),

busca-se construir um novo perfil profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópica quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o “tempo presente, os homens presentes, a vida presente” e nela atuar, contribuindo, também para moldar os rumos de sua história.

Onde:

As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeito, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.97).

Diante dos apontamentos abordados sobre o tema, ratificamos a relevância do estudo na busca por compreender como o Serviço Social vem lidando com a

intersectorialidade nos espaços sociocupacionais da política de assistência social e a partir desse trabalho, quais experiências e contribuições nos trazem, visto que, a intersectorialidade é uma ferramenta importante de ação/articulação das políticas sociais, que contribui para minimizar a fragmentação, pensando em soluções para os problemas sociais a partir de uma visão integral.

Para tal propósito, no capítulo seguinte apresentamos o desenvolvimento da pesquisa bibliográfica realizada em literatura especializada, como já foi mencionada anteriormente, assim como, a análise dos dados obtidos, e sua interpretação através de gráficos e ou tabelas, possibilitando uma melhor compreensão dos dados coletados através da representação gráfica.

CAPITULO 2: DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA E ANÁLISES DESCRITIVAS

No que concerne à realização da pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico referente ao objeto de estudo para melhor compreendê-lo. O levantamento bibliográfico foi feito por meio de busca em revistas de literatura pertinente e especializada como: Revista Caderno CRH–UFBA, Katálysis, Ser Social e Serviço Social e Sociedade, a partir das palavras chave: intersectorialidade, políticas públicas, política de assistência social e interdisciplinariedade. O período selecionado para pesquisa compreendeu os anos de 2004 a 2019.

Para a seleção das revistas, utilizamos como critério a avaliação das revistas Qualis Capes, pela sua relevância à pesquisa. As revistas selecionadas estão classificadas como Qualis A-1 e A-2, padrão de excelência internacional. Dentre as revistas selecionadas só a revista Ser Social está classificada como A-2. O outro critério de seleção para escolha foi o das regiões, por possibilitar investigar o que tem sido produzido fora da nossa região.

A região Sul representada pela revista Katálysis (Santa Catarina), região central a revista Ser Social (Brasília), região sudeste com a revista Serviço Social e Sociedade (São Paulo) e a região nordeste com a revista Caderno CRH – UFBA (Bahia). Ressalta-se que as revistas recebem e publicam artigos de todas as regiões do país.

A revista Katálysis tem periodicidade quadrimestral, no período levantado foram publicadas 37 edições; na revista Ser Social com periodicidade semestral totalizam 32 edições no período; na revista Serviço Social e Sociedade de periodicidade trimestral 60 edições publicadas, e na revista Caderno CRH também com periodicidade quadrimestral com 50 edições publicadas.

Na revista Katálysis encontramos quatro artigos que abordam o tema, na Ser Social apenas um, na revista Serviço Social e Sociedade encontramos dois artigos e na revista CRH-UFBA nenhum artigo sobre o tema. Conforme dados da tabela a seguir:

Tabela 1: Número de edições publicadas e número de artigos publicados sobre intersetorialidade no período de 2004 a 2019.

REVISTAS	Nº. DE EDIÇÕES PUBLICADAS NO PERÍODO DE 2004 À 2019	Nº DE ARTIGOS PUBLICADOS NO PERÍODO DE 2004 A 2019
KATÁLYSIS	37	04
SER SOCIAL	32	01
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE	60	02
CADERNO CRH – UFBA -	50	0

Fonte: Elaboração Própria.

Dos sete artigos publicados nesse período da pesquisa o mais recente foi no ano de 2015 na revista Katálysis.

Esses critérios delimitaram bastante o campo da pesquisa, mais em contrapartida trouxeram qualidade e confiabilidade aos dados levantados. A pouca produção em revistas de avaliação qualis A, sobre o assunto objeto da pesquisa, nos levou a ampliar o período estudado, inicialmente a pesquisa compreenderia apenas os anos de 2015 a 2019. Porém, só encontramos um artigo referente ao tema neste período, o que nos levou a ampliação do período a partir do ano de 2004, ano da criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) até o ano de 2019. A ampliação do período teve como intuito buscar mais produções sobre o tema, assim como ratificar ou não a pouca produção, onde é possível afirmar que há pouca produção

No período da pesquisa verificamos que, na revista Katálysis em 2015 foi publicado um artigo, e que nos anos anteriores temos: em 2014 um na revista Serviço Social e Sociedade; em 2011 um na revista Katálysis e em 2010 temos dois artigos, um na revista Ser Social e o outro na revista Serviço Social e Sociedade. Em 2007 encontramos na revista Katálysis dois artigos publicados, na revista Caderno CRH-UFBA nenhum artigo foi encontrado.

Foram produzidos dentro do período total da pesquisa 7 artigos, que utilizamos para analisar o tema da intersetorialidade nas publicações do Serviço Social.

Destacamos o Sul como a região que tem mais publicações sobre o tema totalizando 04 artigos, e em seguida a região Sudeste com 02 publicações sobre intersectorialidade, na região nordeste o destaque é pela ausência de publicação.

Feito esse levantamento quantitativo, realizamos a leitura dos artigos selecionados. A partir dessa leitura foram desenvolvidas todas análises, que serão apresentadas.

Verificamos que a região Sudeste se destaca como a que tem mais publicações com base em pesquisa empírica com 02 publicações.

Entre os artigos estudados três (03) trazem reflexões sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas sem fazerem referência ao local. Foram desenvolvidos tendo como referência a pesquisa teórica, a legislação e documentos oficiais. Já os outros quatro (04) são frutos de pesquisas empíricas aplicadas em diferentes regiões, um da região central da cidade do Rio de Janeiro; um de Niterói/RJ, um em Chapecó/SC e o outro de Palmas/Tocantins. Em todos os artigos foi possível destacar pontos positivos e pontos negativos sobre a intersectorialidade.

Toda a análise foi pautada no conteúdo desenvolvido pelas autoras(es) dos artigos em questão.

Diante disso foi feito também um levantamento sobre a formação acadêmica dessas autoras(es), pela relevância da pesquisa, visto que, o intuito é desenvolver o tema dentro das produções do Serviço Social.

Entendemos que a formação em matéria de Serviço Social pode significar um elemento diferenciador na elaboração do objetivo e na forma de abordagem sobre a intersectorialidade, como a presença de um olhar mais voltado para as questões inerentes às políticas sociais, ao Código de Ética do/a Assistente Social e a Lei 8.662/93, assim como, para as Leis específicas de cada política social que as regulamentam, a garantia de direitos, entre outros aspectos. No entanto, este apontamento não tem a intenção de descartar as contribuições das outras áreas que interagem com as políticas sociais, o que, até seria contraditório diante do que já vimos sobre intersectorialidade.

A intersectorialidade consiste na conjugação e compartilhamento de saberes e experiências, que articula pessoas, órgãos, departamentos, organizações haja vista que tais saberes se mostram fragmentados. De um outro lado, a ideia de intersectorialidade pressupõe uma ação em rede, compreendida como um arranjo entre essas pessoas, órgãos, departamentos e organizações (CKAGNAZAROFF; MOTA, 2003, p. 38).

Compreendemos que o tema não é objeto único do Serviço Social e que existem outras áreas, outros campos que também trabalham com a intersetorialidade sem necessariamente interagirem com o Serviço Social.

Através desse levantamento verificamos que, entre as autoras(es) com formação em Serviço Social existem Doutoradas, Mestres e Doutoranda que em sua maioria atuam na docência.

Identificamos que entre os artigos produzidos alguns contaram com a contribuição de outras profissões como: Doutora em Medicina Social e Nutricionista, Nutricionista Mestre em Saúde Pública, Enfermeira e Professora, Enfermeira Doutora e Professora e de um Arquiteto Doutorando em Geografia. Cabendo ressaltar a identificação da intersetorialidade na construção destes artigos produzidos.

Nenhum texto teve como autor(a), profissional de Serviço Social que estivesse no exercício de alguma política social na época da publicação dos artigos.

Apresentamos em seguida a tabela elaborada a partir da análise dos textos selecionados na pesquisa.

Tabela 3: Síntese dos artigos selecionados com pontos positivos e negativos da intersectorialidade.

REVISTA	ANO DA PUBLICAÇÃO	TÍTULO	AUTORAS (ES)	DESCRIÇÃO	RELAÇÃO COM QUAL POLÍTICA	QUAL LOCAL DA EXPERIÊNCIA	PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
KATÁLYSIS – v.14 n.1	2011	Da Seguridade Social à Intersetorialidade: reflexões sobre a integração das Políticas Sociais no Brasil	Giselle Lavinias Monnerat e Rosimary G. de Souza	O artigo é fruto de uma pesquisa teórica que traz reflexões sobre os dilemas da integração das políticas sociais no Brasil, a partir da Seguridade Social inscrita na Constituição Federal de 1988, até a tematização acerca da intersectorialidade. A análise é construída a partir das políticas de saúde e assistência social. Demonstrando que a implementação da seguridade Social esbarra em obstáculos políticos e econômicos que dificultam a sua integração. Observando que o modelo descentralizado das políticas sociais em especial as de saúde e assistência social, apontam a necessidade de cooperação intersectorial para lidar com a complexidade dos problemas sociais.	Saúde e Assistência Social		<ul style="list-style-type: none"> - é uma diretriz da área da saúde que prevê ações articuladas com outras políticas sociais para produzir melhores resultados de saúde; - estratégia fundamental de atuação sobre problemas estruturais da sociedade que recaem sobre o processo saúde-doença; - sinalização por parte da Organização Panamericana de Saúde (OPAS) que a ação intersectorial, na área da saúde demanda, iniciativa, e receptividade a convocação de outros setores; - de acordo com a PNAS (BRASIL-2004) é um requisito fundamental para garantia dos direitos de cidadania 	<ul style="list-style-type: none"> - conflito e disputa política entre as diferentes áreas e pessoas que participam do processo; - competição das estruturas de poder e disputa corporativas; - baixa capacidade institucional, financeira e política na Política de Assistência Social
KATÁLYSIS - v.18 n.1	2015	Políticas para a população adulta em situação de rua: questão para debate	Irene Serafino e Lila Cristina Xavier Luz	O estudo desenvolvido nessa pesquisa aborda os problemas e os obstáculos que se apresentam no atendimento integral de populações em situação de rua, na região central da cidade do Rio de Janeiro. Apontando a frágil intersectorialidade entre as políticas e a fraca integração entre os serviços da cidade, inviabilizando um atendimento adequado e a concretização dos direitos sociais. indicam distância entre a Política Nacional para a População em	Política Nacional para a População em Situação de Rua	Rio de Janeiro/Rio de Janeiro	<ul style="list-style-type: none"> - a construção de ações intersectoriais são prerrogativas para dar respostas às demandas dessa população; - se destaca como estratégia fundamental no enfrentamento de problemas estruturais da sociedade contemporânea e para garantir os direitos de cidadania; - é recomendada como um elemento de potência para conferir uma assistência integral e eficaz aos 	<ul style="list-style-type: none"> - o arranjo intersectorial parece estar a serviço da estrutura do poder dominante; - pouca efetividade em responder demandas dos usuários dos serviços; - problemas de fragmentação e descoordenação operacional, evidenciam distância entre o discurso e a prática; - limitações no que concerne a sua implantação prática,

				Situação de Rua e o funcionamento da rede de serviços do Rio de Janeiro acentuada pelas ações coercitivas da Secretaria de Ordem Pública			usuários dos serviços; - na contra referência em relação aos encaminhamentos e atendimentos realizados	especialmente pela forma como as ações das diferentes políticas públicas foram planejadas e implantadas.
SER SOCIAL - v. 12 n.26	2010	Consensos teóricos e desafios práticos	Giselle Lavinias Monnerat e Rosimary G. de Souza	O artigo discute os aspectos teóricos envolvendo política social e intersectorialidade, evidenciando a partir de um estudo empírico realizado no município de Niterói – RJ os desafios práticos condizentes à implementação da intersectorialidade no nível local.	Educação, Saúde e Assistência	Niterói/Rio de Janeiro	- capacidade de gestão que minimize as fragmentações das políticas sociais; - estratégia de gestão a ser adotada contra as iniquidades sociais; - deve se concretizar como síntese de conhecimentos diversos para atuar sobre problemas concretos; - rompe barreiras da comunicação que impedem o diálogo entre os setores; - possibilidade de visualizar a complexidade dos problemas tendo como aporte diferentes acúmulos setoriais; - estratégia alternativa de gestão social; - não deve se resumir às articulações para atender demandas emergentes	- pouca publicação no campo das Políticas de Educação e de Assistência Social; - cada área de política determina sua região geográfica de atuação; - definir uma área comum para ação das diferentes políticas; - diferentes formas de pensar e disputas de poder; - favorecer que outras políticas sejam contaminadas pela dinâmica de outros setores; - exige que os sujeitos envolvidos tenham forte capacidade de negociação, de interesses para alcançar consenso.
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE - nº 101	2010	Reflexões sobre a Intersectorialidade entre as Políticas	Sueli do Nascimento	O artigo tem como objetivo refletir sobre as possibilidade e limites das políticas públicas. A partir de uma pesquisa documental, identificando as políticas com maiores tendências à intersectorialidade	Política de desenvolvimento urbano e Políticas sociais: assistência e saúde		- articulação de saberes técnicos, já que especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns; - pode trazer ganhos para a população e para a organização logística das ações definidas; - auxilia na criação e reconhecimento de saberes fruto da integração entre as áreas setoriais	- as ações intersectoriais voltadas para respostas imediatas; - dificuldades político-partidárias que vão incidir sobre a execução das políticas
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE - nº 118	2014	Saúde Mental, intersectorialidade e questão social: um estudo na ótica dos		O estudo apresentado é resultado de uma pesquisa qualitativa com profissionais e usuários do Centro de			- fortalecer a rede e trazer com elas as políticas sociais visando integralidade do indivíduo;	-rede desestruturada, necessidade urgente de fortalecimento; - precarização das

		sujeitos	Graziela Scheffer e Lahana Gomes Silva	Atenção Psicossocial (CAPS) que teve como objetivo identificar o acesso dos portadores de transtorno mental na rede "atenção em saúde mental" e do trabalho intersetorial da equipe. Os resultados oferecem uma visão dos desafios e avanços da Reforma Psiquiátrica no cotidiano do profissional e da vida social dos portadores de transtorno mental.	Política da Saúde Mental	Palmas/Tocantins	<ul style="list-style-type: none"> - supera a lógica da fragmentação das políticas públicas no enfrentamento da questão social; - estratégia que perpassa vários setores sociais, o campo da saúde mental e saúde geral, das políticas públicas e da sociedade 	políticas sociais dificultam o envolvimento e o desempenho da equipe; - falta de conhecimento ou pouco conhecimento dos profissionais em relação à rede de Atenção à Saúde Mental.
Caderno CHC UFBA		Nenhuma publicação sobre intersetorialidade						
KATÁLYSIS – v.10 n.1	2007	Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?	Mônica de Castro Maia Senna Luciene Burlandy Giselle Lavinias Monnerat Vanessa Schottz Rosana Magalhães	O artigo versa sobre o Programa Bolsa Família, que foi implantado em outubro de 2003 pelo governo federal, almejando combater a pobreza e a fome no país, assim como, promover novas formas de intervenção pública na área social. O artigo analisa o Programa Bolsa Família, na busca por identificar possíveis inflexões nele contidas, a partir de alguns pontos como: foco e condições de acesso, condicionalidades, descentralização, intersetorialidade e controle social. O esforço de ampliar a arena de decisão, e a incorporação de diferentes níveis e esferas governamentais e a sociedade civil destaca-se dentre as mudanças pretendidas. As condicionalidades merecem um estudo mais detalhado visto configurar-se como polêmica central.			<ul style="list-style-type: none"> - necessidade da intersetorialidade através da organização de uma rede de proteção social - sua implementação contribui para o sucesso de proposta que se quer implementar - possibilitar a construção de uma visão complexa dos problemas, a partir do aporte de acúmulos setoriais diferentes 	<ul style="list-style-type: none"> - falta de clareza na definição das estratégias para implementar a intersetorialidade - dependência da iniciativa local para desenvolvimento da intersetorialidade
KATÁLYSIS - v.10 n.2	2007	Gestão de políticas públicas e intersetorialidade:	Dunia Comerlatto Liane	O ensaio traz uma reflexão sobre a participação social dos conselhos municipais na			<ul style="list-style-type: none"> - uma alternativa para o enfrentamento do problemas sociais com 	<ul style="list-style-type: none"> - existência de limites para que sejam deflagradas embora haja previsão nos

		diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais	Colliselli Maria Elizabeth Kleba Elisônia Carin Renk	gestão das políticas públicas, tendo como objetivo definir a intersectorialidade nesse campo. Discutem primeiro alguns entendimentos da ação interseotial no campo da pesquisa realizada. Em seguida a ação intersectorial e redes é avaliada com base local de proteção e desenvolvimento. Porém concluem que a intersectorialidade não se encontra estabelecida ou suficientemente posta em prática em meio aos conselhos, ainda é um processo desafiante a ser realizado			capacidade para descobrir novos arranjos e novas articulações - tem sido comentada como necessária na gestão das políticas públicas e para qualidade de vida da população - associa-se à idéia de "integração de território, de equidade direitos sociais" - em meio às políticas públicas para atender as demandas sociais coletivas, se realiza (como área de defesa de direitos) - nova forma de trabalhar, articulação entre setores sociais diversos para enfrentar problemas complexos - a articulação de distintos setores sociais permitindo a descoberta de caminhos para ação - integração e articulação de saberes e experiências através da articulação de instituições e pessoas]	termos legais para CMDCA e CMAS desenvolvam ações intersectoriais - ainda é um desafio a ser exercido
SER SOCIAL		Nenhuma publicação sobre intersectorialidade						
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE		Nenhuma publicação sobre intersectorialidade						
SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE		Nenhuma publicação sobre intersectorialidade						
Caderno CHC UFBA		Nenhuma publicação sobre intersectorialidade						

Fonte: Elaboração Própria

Nos três textos que foram produzidos a partir de pesquisa teórica, legislação e documentos oficiais, temos um que aborda o Programa Bolsa Família e os outros com reflexões sobre, a integração das políticas sociais no Brasil e a intersectorialidade entre as políticas públicas.

No texto que aborda o Programa Bolsa Família, as autoras Mônica de Castro Maia Senna, Luciene Burlandy, Giselle Lavinias Monnerat, Vanessa Schottz e Rosana Magalhães (2007) apontam que o desenho do Programa é um aspecto a ser destacado por depender da ação coordenada dos três níveis de governo e de outros setores do governo e não governamentais. Os núcleos principais do processo de implementação são, a descentralização e a intersectorialidade junto ao controle social. A partir desse ponto elas trazem argumentos tanto do ponto de vista negativo quanto positivo sobre a intersectorialidade, apontando que mesmo diante dos avanços do processo de descentralização e das conquistas, há necessidade de enfrentamento intersectorial, através da rede de proteção social, e o fato de haver entre os três níveis de governo pouca indução e coordenação da implantação da intersectorialidade, pode ser um fator que contribui para o insucesso do que se quer implementar, assim como, a necessidade de clareza na definição das estratégias para implementar a intersectorialidade. As autoras também ressaltam que embora o desenvolvimento da intersectorialidade dependa do nível local, e que, entre os distintos setores nas três esferas governamentais, ainda não tenham desenvolvido canais eficientes de diálogo, a intersectorialidade tem como ponto forte a possibilidade de, com o aporte de acúmulos setoriais diferentes, desenvolver uma visão mais ampla que permita perceber os múltiplos aspectos dos problemas, superando sobreposições de ações setoriais.

No segundo texto produzido a partir de pesquisa teórica, as autoras Monnerat e Souza (2011) fazem reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil a partir da Seguridade Social inscrita na Constituição Federal de 1988, tendo como foco de análise as políticas de saúde e de assistência social. Observamos que o modelo descentralizado das políticas sociais, especialmente a de saúde e assistência que elas abordam, sinaliza a necessidade de “sinergia intersectorial” para defrontar-se com os complexos problemas sociais, o que também foi apontado no texto anterior em relação à descentralização, e à intersectorialidade no enfrentamento dos problemas sociais. Na análise do texto

foram destacados alguns pontos que consideramos serem pontos positivos e pontos negativos.

No que concerne à política de saúde, a intersectorialidade é uma diretriz que foi incorporada através da lei orgânica de 1990, que prevê “a integração intrasetorial da rede assistencial com a intersectorial” (2011, p.43) para, por meio dessa articulação com as diferentes políticas sociais obter resultados melhores de saúde. A intersectorialidade também passou a ser pensada como uma estratégia a ser desenvolvida para influir sobre os problemas que incidem no processo saúde-doença.

Na política de assistência social, a intersectorialidade é um requisito fundamental apresentado pela PNAS (BRASIL, 2004) para garantir direitos de cidadania, além de prever que no campo da assistência social as ações sejam desenvolvidas articuladas com outras políticas públicas.

Como elementos negativos destacam-se o conflito e disputa política entre os profissionais envolvidos no processo e as diferentes áreas, assim como, a competição das estruturas de poder, as disputas corporativas e a baixa capacidade financeira e institucional na Política de Assistência Social.

No terceiro texto, com reflexões, sobre a intersectorialidade entre as políticas públicas, a autora Sueli Nascimento (2010) relata que a intersectorialidade passou a ser reconhecida e ser valorizada entre as políticas públicas à medida que a eficiência, a efetividade e a eficácia na implementação das políticas públicas não alcançavam o resultado esperado, principalmente no atendimento das demandas da população e no que se refere aos recursos para a sua implementação. Tornando-se assim a intersectorialidade como um dos requisitos para realização das políticas setoriais, onde por meio da articulação, objetiva alcançar efetividade. De acordo com a autora a intersectorialidade nas políticas públicas articula saberes técnicos, visto que, os especialistas em determinado campo de conhecimento passaram a inteirar agendas coletivas compartilhando os mesmos objetivos. A integração entre as áreas setoriais promovidas pela intersectorialidade contribui para criação e reconhecimento de saberes.

Como pontos negativos foi possível identificar no texto dificuldades político-partidárias que vão incidir sobre a execução das políticas e as ações intersectoriais voltadas para respostas imediatas. Porém, a autora ressalta que a construção do

artigo com base em análise documental restringe muito, e coloca a ampliação da análise como necessidade a partir da implementação concreta das políticas.

Os próximos quatro textos que serão apresentados e analisados foram produzidos tendo como referência a pesquisa empírica, onde o tema da intersectorialidade foi desenvolvido por diferentes áreas e políticas. O primeiro texto discute a gestão de políticas públicas e a intersectorialidade a partir de um diálogo com os Conselhos Municipais de Chapeco/SC. O segundo envolve a Política social e a intersectorialidade onde, com base em um estudo desenvolvido no município de Niterói /RJ traz à cena desafios práticos à implementação da intersectorialidade. O terceiro estudo aborda a Saúde Mental, a intersectorialidade e a questão social e é desenvolvido a partir da experiência no CAPS em Palmas/TO. O último texto apresenta um estudo sobre Políticas para a população adulta em situação de rua. É fruto de uma experiência no centro da cidade do Rio de Janeiro/RJ, onde a fragilidade da intersectorialidade entre as políticas e a exígua integração entre os serviços da cidade é apontada.

No texto que aborda a gestão das políticas públicas e intersectorialidade, publicado em 2007, os autores Dunia Comerlatto Liana Colliselli, Maria Elizabeth Kleba, Alexandre Matiello e Elisônia Carin Renk (2007) apontam que a gestão social exige que o processo de formular e operacionalizar as ações e as estratégias das políticas públicas sejam redimensionados. Destacando a descentralização dentro do movimento de democratização e participação, como um movimento de transferência de poder dos níveis centrais para os periféricos. A partir de 1990, desde a formalização dos conselhos gestores de políticas públicas, a participação social na gestão das políticas públicas tem se ampliado. Diante disso, a intersectorialidade alinhada à descentralização das políticas públicas é colocada como uma alternativa com capacidade para encontrar novas articulações para o defrontar os problemas sociais. De acordo com os autores, a intersectorialidade apresenta como pontos positivos, o fato de ser uma articulação com distintos setores sociais, permitindo outros caminhos para ação; integração e articulação de saberes e experiências através da articulação de instituições e pessoas e necessária na gestão das políticas públicas. Como ponto negativo, a existência de limites para que sejam deflagradas envolvendo maioria dos conselhos, embora haja previsão nos termos legais dos Conselhos Municipais da Criança e

Adolescente - CMDCA e no Conselho Municipal de Assistência Social para que desenvolvam ações intersetoriais; sobre a pesquisa os autores apontam que a intersetorialidade ainda é um desafio a ser exercido, por depender de efetivar articulações entre os conselhos instituídos e a sociedade.

No artigo que debate política social e intersetorialidade, de 2009, as autoras Monnerat e Souza apresentam os aspectos teóricos sobre o tema. A experiência apresentada no texto foi desenvolvida no município de Niterói/RJ, onde, em 2005 foi criado um Comitê Gestor Intersetorial composto por quatro integrantes, sendo dois representantes do setor Saúde e um representante para cada uma das áreas seguintes: Educação e Assistência Social.

No debate teórico sobre a intersetorialidade, destacamos alguns apontamentos apresentados no referido texto, classificando-os como pontos positivos e pontos negativos. Apresentando primeiro os pontos positivos, a intersetorialidade é defendida por minimizar as fragmentações das políticas sociais através da capacidade de gestão; surgindo como uma estratégia alternativa de gestão social, assim como, a possibilidade de visualizar a complexidade dos problemas, tendo como aporte os acúmulos setoriais das diferentes áreas envolvidas na articulação; romper as barreiras da comunicação que embargam o diálogo entre os setores, também não deve se resumir às articulações que atendam as demandas emergentes. Como pontos negativos constam: a pouca publicação no campo das Políticas de Educação e de Assistência Social; diferentes formas de pensar e disputas de poder; o fato de cada área de política determinar sua região geográfica de atuação; a definição de uma área comum para ação das diferentes políticas, assim como, favorecer que outras políticas sejam contaminadas pela dinâmica de outros setores. Conclui-se que a diversidade de áreas exige que os sujeitos envolvidos tenham forte capacidade de negociação, para alcançar consenso nas decisões.

No terceiro texto analisado, as autoras Graziela Scheffer e Lahana Gomes Silva (2014) apresentam um estudo que é fruto de uma pesquisa desenvolvida com profissionais e usuários do Centro de Atenção Psicossocial – (CAPS) de Palmas/TO, que visou identificar o acesso dos portadores de transtorno na rede “atenção em saúde mental”, assim como identificar também o trabalho intersetorial da equipe.

No Sistema Único de Saúde (SUS) e em seus princípios norteadores estão fundados o alicerce da Reforma Psiquiátrica, onde, são enfatizados o acesso universal na atenção em saúde mental, tendo como base: a integralidade, intersetorialidade, equidade, universalidade, igualdade e no controle social. Cabe ao CAPS a função de, por meio das ações intersetoriais, promover a inserção social das pessoas com transtornos mentais. Diante do exposto, identificamos como pontos positivos da intersetorialidade: o fortalecimento das redes trazendo com elas as políticas sociais que nas suas intervenções visam a integralidade do usuário, colocando o usuário não como doente, mas como um sujeito; a articulação da saúde mental a com a intersetorialidade que também busca a superação da fragmentação das políticas públicas como meio de defrontar a questão social; o entendimento de que as intervenções intersetoriais são articulações que integram os serviços de saúde mental, saúde com outros programas e políticas públicas no sentido da integralidade do atendimento, e como estratégia que perpassa diversos setores sociais, tanto no campo da saúde mental, como no campo da saúde geral, das políticas públicas como da sociedade. Destacamos como elementos negativos: a precarização das políticas sociais dificultando o envolvimento e desempenho da equipe; rede desestruturada, necessidade urgente de fortalecimento e a falta de conhecimento ou pouco conhecimento dos profissionais em relação à rede de Atenção à Saúde Mental.

O último texto aborda as políticas para a população adulta em situação de rua. Publicado em 2015, as autoras Irene Serafino e Lila Cristina Xavier Luz apresentam um estudo desenvolvido na região central da cidade do Rio de Janeiro, onde os problemas e os obstáculos apresentados no atendimento integral de populações em situação de rua apontam a frágil intersetorialidade entre as políticas e a fraca integração entre os serviços da cidade.

Na Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, sancionada em 2008, está prevista a construção de ações intersetoriais, que têm como objetivo "(re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno, considerando as relações e significados próprios produzidos pela vivência do espaço público da rua" (BRASIL, 2008, p.4). Nesse sentido, destacamos no texto pontos relevantes em

relação à intersectorialidade, onde, como positivos apontamos: a construção de ações intersectorias estar previsto como uma prerrogativa, com objetivo de dar respostas às demandas dessa população; ser recomendada como um elemento de potência para conferir uma assistência integral e eficaz aos usuários dos serviços, e o fato de uma intersectorialidade mais efetiva ser apontada como uma necessidade entre os serviços da rede, inclusive na contra referência em relação aos encaminhamentos e atendimentos realizados. Como negativos levantamos: a pouca efetividade em responder demandas dos usuários dos serviços e problemas de fragmentação e descoordenação operacional, assim como, limitações no que concerne a sua implantação especialmente pela forma como as ações das diferentes políticas públicas foram planejadas e implantadas.

Para além dos dados que já foram apresentados como: quantidade de artigos produzidos, análise descritiva dos artigos, perfil dos autores, identificamos nos artigos outras questões, que merecem ser apontadas.

Como ponto comum identificamos em alguns artigos, a intersectorialidade apontada como estratégia. Em um artigo ela aparece como uma estratégia fundamental de atuação sobre problemas estruturais da sociedade; em outro como estratégia alternativa de gestão e como estratégia que perpassa vários setores sociais seja, no campo da saúde geral, da saúde mental, nas políticas públicas e da sociedade.

Observamos na produção dos artigos, a ausência de profissionais do Serviço Social que estivessem trabalhando em alguma política pública. Cabendo uma indagação: e por que não tem? Não estão produzindo ou não têm acesso às revistas?

Embora o material da pesquisa tenha sido pouco, observamos uma tendência maior na política de saúde em relação à intersectorialidade o que, de certa forma, remete à necessidade ainda presente de ampliar as reflexões sobre a intersectorialidade na assistência social.

Diante dos apontamentos abordados sobre intersectorialidade, percebemos a necessidade de aprimoramento da articulação entre as políticas. Onde o Serviço Social como meio de acesso aos direitos sociais é requisitado, exigindo que o profissional atue de forma integradora, visto que, sua formação com base nos dispositivos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos,

proporcionam uma intervenção interdisciplinar com capacidade de dar respostas às demandas individuais e coletivas na garantia dos direitos. De acordo com Cavalcanti *et. al.* (2013, p.17) o assistente social é um elo orgânico com o qual o sistema dialoga.

Constatamos que mesmo ampliando o universo da pesquisa, a produção existente sobre o tema nas revistas classificadas como Qualis A, ainda é muito reduzida. Onde nos coube uma outra indagação: E por que tem poucas publicações? Seria a falta de artigos para publicação, ou seria o fato, do tema não ser reconhecido por essas revistas como relevante? Diante do exposto, apontamos para a necessidade da ampliação de estudos futuros nesta direção. Uma das possibilidades identificadas encontra-se no levantamento e na análise de Anais de congressos da categoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos na construção desta pesquisa compreender como a intersectorialidade se apresenta nas produções do Serviço Social na Política de Assistência Social, através dos diferentes entendimentos sobre intersectorialidade, a partir de conceitos dos diversos autores e de dados apresentados na pesquisa bibliográfica.

Apresentamos um breve histórico da Política de Assistência Social, instituída como política através da Constituição Federal de 1988, onde tornou-se uma política pública não contributiva, que integra o tripé da Seguridade Social: Assistência Social, Previdência Social e Saúde.

A PNAS/SUAS 2004, aponta que, considerando as características da população atendida por ela, esta deve inserir-se na articulação com outras políticas sociais, particularmente com as políticas públicas. Visando um atendimento onde as ações não sejam fragmentadas. Visto que, a fragmentação das políticas sociais reduz as possibilidades de enfrentamento eficaz de problemas complexos como a pobreza e as desigualdades sociais. Onde a articulação nos remete à intersectorialidade que se concretiza através do trabalho em rede.

Partindo dos conceitos de intersectorialidade apresentados pelos diversos autores e das análises dos textos oriundos da realização da pesquisa, e reconhecendo a relevância do tema, foi possível constatar que a temática intersectorialidade não é de fácil compreensão, iniciando pelo fato do termo não possuir um consenso no que concerne ao seu significado. Porém, apesar da ausência de consenso as expressões mais utilizadas pelos autores abordados são: articulação, integração e ação conjunta. Nos documentos oficiais das políticas setoriais, estes termos também são utilizados. Feita essa conceituação, com base em artigos produzidos por autores renomados em publicações do Serviço Social, iniciamos a pesquisa bibliográfica.

Para a realização da pesquisa efetuamos um levantamento bibliográfico por meio de busca em revistas de literatura pertinente e especializada como: Revista Caderno CRH – UFBA, Katálysis, Ser Social e Serviço Social e Sociedade, a partir das palavras chave: intersectorialidade, políticas públicas, política de assistência social e interdisciplinaridade. O período selecionado para pesquisa

compreendeu os anos de 2010 a 2019. As revistas selecionadas estão classificadas como Qualis A-1 e A-2, padrão de excelência internacional. Outro critério de seleção para escolha foi o das regiões, por possibilitar investigar o que tem sido produzido fora da nossa região. Na região Sul, a revista *Katálisis* (Santa Catarina), região central a revista *Ser Social* (Brasília), região sudeste a revista *Serviço Social e Sociedade* (São Paulo) e a região nordeste com a revista *Caderno CRH – UFBA* (Bahia). Cabendo ressaltar que as revistas recebem e publicam artigos de todas as regiões do país. Verificamos que existiam poucas produções nesse período, onde, de acordo com os critérios estabelecidos, foram encontrados cinco artigos. Na busca por mais produções sobre o tema, optamos por estender o período da pesquisa, incluindo o período de 2004 a 2009, a determinação desse novo período teve como base o ano de 2004, por ter sido o ano da criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), também foram utilizados todos os outros critérios acima descritos. Nesse período encontramos dois artigos publicados no ano de 2007.

Selecionados os sete artigos, realizamos as análises. Observamos que entre os artigos produzidos, três tinham como referência a pesquisa teórica, a legislação e documentos oficiais. Já os outros quatro (04) foram desenvolvidos a partir de pesquisas empíricas aplicadas em diferentes regiões, um da região central da cidade do Rio de Janeiro; um de Niterói/RJ, um em Chapecó/SC e o outro de Palmas/Tocantins. Em todos os artigos destacamos pontos positivos e pontos negativos sobre a intersetorialidade. As análises foram pautadas no conteúdo desenvolvido pelas autoras(es) dos artigos em questão. Nesta perspectiva, por se tratar de uma pesquisa em matéria de Serviço Social, consideramos relevante fazer um levantamento sobre a formação acadêmica dessas autoras(es). Compreendendo que a formação em matéria de Serviço Social pode significar um elemento diferenciador na forma de abordar a intersetorialidade, visto que, suas interpretações serão norteadas pelo Código de Ética do/a Assistente Social e pela Lei 8.662/93, pela garantia de direitos, pelas questões que envolvem as políticas sociais, bem como as Leis específicas que as regulamentam. Porém, sem descartar as contribuições das outras áreas que se articulam com as políticas sociais, diante do que vimos sobre intersetorialidade seria contraditório não reconhecer essa relevância.

Através da análise descritiva dos artigos foi possível destacar além dos pontos positivos e negativos, outras questões que apontamos nesse estudo por acreditar que mereciam destaque.

Acredita-se que a produção desta monografia tenha gerado ao menos inquietações, além de ter apresentado possíveis respostas aos questionamentos levantados no início do mesmo. Julga-se importante considerar que este é um dos papéis do Serviço Social, facilitar o movimento reflexivo, assim como contribuir para que as demandas recebam respostas, imediatas ou a longo prazo.

Deste modo acredita-se ser o trabalho intersetorial um caminho, cuja efetivação tende a contribuir na construção de uma história sólida e produtiva da política de Assistência Social no município de Campos dos Goytacazes.

Para finalizar os conteúdos abordados neste trabalho e contribuir com o avanço das pesquisas sobre o mesmo, apontamos para a necessidade da ampliação de estudos futuros nesta direção. Onde apresentamos como uma das possibilidades o levantamento e a análise de Anais de congressos da categoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERMAN, Marco *et. al.* **Intersectorialidade? Intersectorialidades!** Ciência e Saúde Coletiva, v. 19, n. 11, p.4291-4300, 2014.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. **Intersectorialidade, transdisciplinaridade e saúde coletiva: atualizando um debate em aberto.** Revista de Administração Pública, v. 34, n. 6, p.11-34, 2000.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento e Agrário- MDS, 2013. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Reimpressão 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDS. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.** 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004.** Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 1993.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

Cartilha CFESS, **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social** – 2011.

COMERLATTO, Dunia et.al. **Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais** – Revista Katálysis v.10 n.2, 2007.

DERANI, Cristiane. **Política Pública e a norma Política** - Revista da Faculdade de Direito UFPR, 2004 – revistas.ufpr.br

DURIGUETTO, Maria Lúcia et. Al. **Sociedade Civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política.** www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/03.pdf

FREITAS, Leana F. Políticas públicas, descentralização e participação popular. **Revistas Katálysis** v18.n1.2015.a10. <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/>

IAMAMOTO, Marilda Vilela **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional!** Marilda Vilela Iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

INOJOSA, Rose Marie. **Sinergia em Políticas e Serviços Públicos: Desenvolvimento Social com Intersetorialidade.** Cadernos FUNDAP, N.22, P.102-110, 2001.

_____, Rose. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional.** RAP Rio de Janeiro 32(2): 35-48, 1998.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. **A gestão intersetorial das Políticas Sociais e o terceiro setor** – Saúde e Sociedade v.13 n.1 2004.

_____, Luciano A. P. **Descentralização e intersetorialidade: a construção de um modelo de gestão municipal** – RAP – Rio de Janeiro 32 (2) 1998.

MENDES, Denise C. V. R. **Representação Política e Participação: reflexões sobre o déficit democrático** – Revista Katálysis, 2007 – SCIELO Brasil.

MIOTO, Regina Célia, SCHÜTZ, Fernanda. **Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos Assistentes Sociais.** www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf. Acesso em 05/06/2016.

MONNERAT, Giselle Lavinias e SOUZA, Rosimary Gonçalves de. **Da Seguridade Social à interseorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil.** Ver.Katálysis [online]. 2011, vol. 14, n. 1.

_____, Giselle Lavinias; SOUZA, Rosimary Gonçalves. 2009, “**Política Social e Intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos.**” Disponível em: http://www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/1023/683
Acesso em: 20 dez. 2019.

NASCIMENTO, Sueli. **Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 101, 2010.

NOB-2005 – **Norma Operacional Básica**, aprovada pelo CNAS – Conselho nacional de Assistência Social, pela Resolução nº 130 de 15 jul. de 2012. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/cnas/comissoes-tematicas/comissao-de-politica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas.pdf/download>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PEREIRA, Karine Y. de L, TEIXEIRA, Solange M. **Redes e Intersetorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social.** Textos & Contextos vol. 12, n.1, 2013.

PIANA, Maria C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes/RJ. **Plano Municipal de Assistência Social 2014/2017** – Campos dos Goytacazes. Disponível em: [≤https://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php>](https://www.campos.rj.gov.br/plano-diretor.php) Acesso em 20 dez. de 2019.

RAICHELIS, Raquel. **Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no SUAS**. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 104, p.750-772, 2010

SCHEFFER, Graziela e SILVA, Lahana. **Saúde Mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.118, 2014 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n118/a08n118.pdf> Acesso em: 20 dez. de 2019

SENNA, Mônica de C. M, *et. al.*, **Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?** Revista Katálysis, v.10, n.1, 2007.

SERAFINO, Irene e LUZ, Lila C. X, **Políticas para a população em situação de rua: questões para debate**. Revista Katálysis, v. 18, n.1, 2015.

SILVA, Silmara C. **Sociedade Civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de política públicas para ampliação do debate do desenvolvimento local**. [www.ipea.gov.br/code 2011/pdf/area2/area2-artigo22.pdf](http://www.ipea.gov.br/code2011/pdf/area2/area2-artigo22.pdf)

SISTEMA QUALIS PERIÓDICOS. Comissão de Área de Avaliação. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/tabela-qualis-periodicos-capes-servico-social.docx> Publicada por Coordenação de Comunicação Social da Capes. Acesso em: 21 dez. de 2019.

SPOSATI, A. Assistência Social: de Ação Individual a Direito Social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional** – RBDC n. 10, jul./dez. 2007. Disponível em: [<http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf>](http://www.esdc.com.br/RBDC/RBDC-10/RBDC-10-435-Aldaiza_Sposati.pdf) Acesso em: 15 abr. 2011.